

HISTÓRIA E CULTURA AFRICANA E AFRO-BRASILEIRA: A APLICAÇÃO DA LEI 10.639/03 NO VALE DO AÇO

Flávio Ferreira SANTOS (PROBIC/FAPEMIG)
Isabella Santos MUNDIM (Orientadora).
Michelle Nunes de MORAIS (PROBIC/FAPEMIG)
Marlene de ARAÚJO (Orientadora)
Curso de História/UnilesteMG

Em 9 de janeiro de 2003 foi sancionada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva a Lei Federal 10639/03, que alterou a lei 9394/96 de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e tornou obrigatória a inclusão da cultura africana e afro-brasileira nos currículos escolares brasileiros de nível fundamental e médio. A lei é, sem dúvida, um importante avanço político, obrigando o universo escolar a abrir-se à diversidade de experiências atuantes na formação histórica do Brasil.

Porém, a simples inclusão desse conteúdo nos currículos escolares não preenche, por si só, as importantes lacunas na formação de nossos alunos, além de trazer problemas de ordem nova para o cotidiano da docência. Na problemática de discussão sobre a implantação dessa lei dois fatores sobressaem: primeiramente, a questão da formação dos professores, podendo ser citado como exemplo ilustrativo o curso de formação de professores de História. Neste curso há pouco conteúdo referente aos africanos e seus descendentes, à exceção de uma disciplina de História da África, oferecida em poucas instituições de Ensino Superior. O contexto atual, tudo indica, sugere que um simples ato governamental não será suficiente para remediar uma situação que se prolonga há tempos, qual seja, a carência de profissionais com preparo para trabalhar conteúdos associados à temática abrangida pela lei 10.639/03.

Um outro ponto que nos chama a atenção refere-se ao escopo dos novos conteúdos a serem trabalhados, pois História e Cultura Africana e Afro-Brasileira é uma expressão por demais genérica e tal tema há de proporcionar, desse modo, inúmeras abordagens. Pode-se estudar os grandes impérios africanos, ou privilegiar o estudo das áreas que forneceram o maior número de escravos para o Brasil, ou optar, ainda, por uma visão mais linear, estudando sucessivamente as grandes fases da história africana. E isso apenas no que tange à história da África. O mesmo pode-se dizer quando se trabalha a história e cultura afro-brasileira, temas de trabalhos cujo somatório poderia encher dezenas de bibliotecas, e dentro dos quais há inúmeros temas e abordagens possíveis.

Tendo em vista esse conjunto de questões, o presente projeto se propõe a estudar a implantação da lei 10.639/03, em especial no que tange ao Vale do Aço. A presente pesquisa se desenvolverá em duas frentes. De um lado, a análise do material didático disponível para a utilização em sala de aula: livros didáticos e paradidáticos, páginas de internet, CD-ROM's, publicações governamentais, etc. De outro lado, uma análise de como as questões africanas e afro-brasileiras têm sido trabalhadas nas salas de aula da região. Nesta segunda frente, utilizaremos como amostra nove escolas da região, se elegendo uma privada, uma municipal e uma estadual nos municípios de Ipatinga, Coronel Fabriciano e Timóteo, buscando abarcar uma variedade de experiências possíveis. Apesar do cunho empírico da investigação, esta, espera-se, há de ultrapassar o mero estudo da aplicação prática de uma lei específica. Trata-se de, através de um estudo com um recorte espacial, tentar compreender como esse processo amplo e generalizado - de reavaliação do papel histórico-social de inúmeros grupos até então

totalmente marginalizados no campo do conhecimento acadêmico - tem afetado o universo escolar, um campo essencial de difusão do conhecimento produzido nas universidades. O objetivo é, portanto, entender como o mundo da educação tem lidado, cotidianamente, com a questão da diferença e da inclusão, pontos essenciais do mundo contemporâneo.

Finalmente, a pesquisa aqui proposta quer ter como resultado a apresentação de um diagnóstico que permita a elaboração de projetos de intervenção visando uma melhoria da situação atual. Por meio disso, pretende-se institucionalizar e dar uma ação mais coordenada às atividades que vêm sendo desenvolvidas nesse campo pelos pesquisadores da área, de modo que os resultados mais propriamente acadêmicos sejam indissociáveis de uma melhoria na educação básica da região e na formação dos próprios alunos do UnilesteMG. À guisa de exemplo: a análise do material didático disponível para trabalhar as questões africanas e afro-brasileiras nas escolas selecionadas, bem como a avaliação de como tais questões têm sido trabalhadas nessas salas de aula da região não eximirão o grupo de pesquisa da responsabilidade de tentar, de alguma forma, melhorar o quadro a ser identificado, seja através da apresentação de novos materiais a serem trabalhados, oferecimento de oficinas e mini-cursos sobre o assunto, formação de grupos de estudo e talvez mesmo a produção de algum tipo de material de apoio aos educadores. Neste caso haverá uma clara articulação entre ensino, pesquisa e extensão, articulação esta que já existe no momento, já que todos os membros do projeto têm produção na área, lecionam disciplinas associadas ao assunto e/ou participam de atividades de extensão sobre a mesma temática.

Palavras-chaves: lei 10.639/03; história africana; cultura afro-brasileira.